

RECOMENDAÇÃO PGJ Nº 12/2020

EMENTA: DISPÕE SOBRE O CUMPRIMENTO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO (LIBERDADE ASSISTIDA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO À COMUNIDADE DURANTE A SITUAÇÃO DE PANDEMIA, DECLARADA PELA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, EM 11 DE MARÇO DE 2020, EM RELAÇÃO AO NOVO CORONAVÍRUS

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, XI, da Lei Complementar Estadual nº 12/98 e posteriores alterações, e, pelo artigo 9º, inciso XII, da Lei Federal 8.625/1993 - Lei Orgânica Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO expediente do Centro de Apoio Operacional às Promotorias da Infância e Juventude do Ministério Público de Pernambuco;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 227, caput, da Constituição da República, “é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.” (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010);

CONSIDERANDO que a doutrina da proteção integral e prioritária, prevista no dispositivo constitucional supracitado e nos artigos 1º e 100, parágrafo único, inciso II, do Estatuto da Criança e do Adolescente, preconiza a proteção de crianças e adolescentes em quaisquer circunstâncias e a todo momento do dia;

CONSIDERANDO o surgimento do novo agente do coronavírus – COVID-19, descoberto em 31 de dezembro de 2019, após casos registrados na cidade de Wuhan, província de Hubei, na China, bem como a declaração pública de situação de pandemia em relação ao novo coronavírus pela Organização Mundial da Saúde – OMS, em 11 de março de 2020, assim como a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional da Organização Mundial da Saúde, em 30 de janeiro de 2020, da mesma OMS, a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional – ESPIN veiculada pela Portaria no 188/GM/MS, em 4 de fevereiro de 2020, e o previsto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus, em razão da proliferação em vários países, inclusive no Estado de Pernambuco;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer procedimentos e regras para fins de prevenção à infecção e à propagação do novo coronavírus, de modo a reduzir os riscos epidemiológicos de transmissão do vírus e preservar a saúde de agentes públicos e demais integrantes da sociedade, evitando-se contaminações de grande escala que possam sobrecarregar o sistema público de saúde;

CONSIDERANDO o Decreto nº 48.809, de 14 de março de 2020, que regulamenta, no Estado de Pernambuco, medidas temporárias para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, conforme previsto na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, diante da situação de pandemia recentemente declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS);

CONSIDERANDO que o referido decreto do Governador de Pernambuco, seguindo a recomendação do Ministério da Saúde, transmitida em 13 de março de 2020, determinou que as autoridades poderão, no âmbito de suas competências, adotar medidas progressivas de restrição de direitos, conforme normatização das autoridades sanitárias.

CONSIDERANDO que essas medidas restritivas visam retardar a propagação do vírus e garantir que a rede de saúde local não venha a colapsar, garantindo, via de consequência, o melhor suporte àqueles que dela venham utilizar;

CONSIDERANDO que a rede municipal, a rede estadual e a rede privada de ensino estão com as aulas suspensas;

CONSIDERANDO que as medidas socioeducativas em meio aberto obrigatoriamente necessitam, para o seu efetivo cumprimento, do deslocamento dos adolescentes e/ou das equipes técnicas, sendo, assim, fonte de propagação do COVID-19, indo na contramão das orientações oriundas das autoridades sanitárias, que determinam o isolamento social;

CONSIDERANDO, por fim, as orientações trazidas pelo Conselho Nacional de Justiça, através da Recomendação CNJ nº 62/2020;

RESOLVE:

RECOMENDAR, sem caráter vinculativo, aos Promotores de Justiça da Infância e Juventude, nas comarcas nas quais as medidas socioeducativas em meio aberto ainda estejam funcionando, que oficiem perante os respectivos Juízes:

1. Visando a suspensão das medidas socioeducativas em meio aberto, obstando-se novos engajamentos, até o final do período de isolamento social imposto pelas Autoridades Sanitárias;
2. Pugnando pelo recolhimento dos mandados de busca e apreensão em aberto, expedidos em desfavor de adolescentes que tenham cometido ato infracional sem violência ou grave ameaça à pessoa;

3. Requerendo que, durante a suspensão, os adolescentes fiquem recolhidos em casa, com isolamento social, desenvolvendo atividades extra-classes, de cunho pedagógico, entregues pela equipe, com monitoramento ocorrendo via telefone, inclusive.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Recife, 24 de março de 2020.

FRANCISCO DIRCEU BARROS
Procurador-Geral de Justiça